

DIRETORIA TECNICO-CIENTIFICA/DPF

Termo de Referência 61/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
61/2025	200406-DIRETORIA TECNICO-CIENTIFICA/DPF	KARINNE SILVERIA BATALHA	24/11/2025 15:43 (v 0.9)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	151/2025	08201.000220/2025-45

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo Nº 08201.000220/2025-45)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças e deslocamento conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas no Termo de Referência dos equipamentos, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Tabela 1. Planilha de demonstração do valor total da contratação

Valor Anual da Contratação					Valor Quinquenal da Contratação		
ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	QUANTIDADE	VALOR TOTAL DO ITEM	QUANTIDADE	VALOR ANUAL DO ITEM	TOTAL
1	Espectrômetro de Massas Bruker, modelo Impact II	16314	1	334.035,07	5	334.035,07	1.670.175,35
2	Difratômetro de Raios X – D8 Discover – s/n: 2842	16314	1	447.925,05	5	447.925,05	2.239.625,25
3	Difratômetro de Raios X – D2 Phaser – s/n: 209158	16314	1	239.254,83	5	239.254,83	1.196.274,15
4	Espectrômetro de Fluorescência de Raios X - S2-Ranger, s/n: 209159	16314	1	482.846,84	5	482.846,84	2.414.234,20

5	Espectrômetro de Ressonância Magnética Nuclear de 600MHz	16314	1	877.715,00	5	877.715,00	4.388.575,00
Total Anual da Proposta			R\$ 2.381.776,79	Total Quinquenal da Proposta			11.908.883,95

1.1.1 A seguir estão demonstrados os valores de cada equipamento conforme anexos da propostas:

Espectrômetro de Massas Bruker, modelo Impact II							
Valor Anual por item					Valor Quinquenal por item		
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	QUANTIDADE	VALOR ANUAL DO ITEM	TOTAL
1	Hora técnica - manutenção Preventiva	16	R\$ 790,00	R\$ 12.640,00	5	R\$ 12.640,00	R\$ 63.200,00
2	Hora técnica - manutenção corretiva*	120	R\$ 790,00	R\$ 94.800,00	5	R\$ 94.800,00	R\$ 474.000,00
3	Deslocamento do técnico	5	R\$ 5.800,00	R\$ 29.000,00	5	R\$ 29.000,00	R\$ 145.000,00
4	Pecas disponíveis para aquisição para a realização de serviços de manutenção corretiva e preventiva	1	R\$ 197.595,07	R\$ 197.595,07	5	R\$ 197.595,07	R\$ 987.975,35
Total da Proposta				R\$ 334.035,07	TOTAL DA PROPOSTA QUINQUENAL		R\$ 1.670.175,35

Difratômetro de Raios X – D8 Discover – s/n: 2842							
		Valor Anual por item			Valor Quinquenal por item		
Item	Descrição	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	Quantidade	Valor do Anual do Item	Total
1	Hora técnica - manutenção Preventiva	16	R\$ 1.360,00	R\$ 21.760,00	5	R\$ 21.760,00	R\$ 108.800,00
2	Hora técnica - manutenção corretiva*	120	R\$ 1.360,00	R\$ 163.200,00	5	R\$ 163.200,00	R\$ 816.000,00

3	Deslocamento do técnico	5	R\$ 5.180,00	R\$ 25.900,00	5	R\$ 25.900,00	R\$ 129.500,00
4	Peças disponíveis para aquisição para a realização de serviços de manutenção corretiva e preventiva	1	R\$ 237.065,05	R\$ 237.065,05	5	R\$ 237.065,05	R\$ 1.185.325,25
Total da Proposta				R\$ 447.925,05	TOTAL DA PROPOSTA QUINQUENAL		R\$ 2.239.625,25

Difratômetro de Raios X – D2 Phaser – s/n: 209158							
		Valor Anual por item			Valor Quinquenal por item		
Item	Descrição	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	Quantidade	Valor do Anual do Item	Total
1	Hora técnica - d e manutenção Preventiva	16	R\$ 1.360,00	R\$ 21.760,00	5	21760	R\$ 108.800,00
2	Hora técnica - manutenção corretiva*	120	R\$ 1.360,00	R\$ 163.200,00	5	163200	R\$ 816.000,00
3	Deslocamento do técnico	5	R\$ 5.180,00	R\$ 25.900,00	5	25900	R\$ 129.500,00
4	Peças disponíveis para aquisição para a realização de serviços de manutenção corretiva e preventiva	1	R\$ 28.394,83	R\$ 28.394,83	5	28394,83	R\$ 141.974,15
Total da Proposta				R\$ 239.254,83	TOTAL DA PROPOSTA QUINQUENAL		R\$ 1.196.274,15

Espectrômetro de Fluorescência de Raios X - S2-Ranger, s/n: 209159							
		Valor Anual por item			Valor Quinquenal por item		
			VALOR			Valor do Anual do	

Item	Descrição	QUANTIDADE	UNITÁRIO	VALOR TOTAL	Quantidade	Item	Total
1	Hora técnica - d e manutenção Preventiva	16	R\$ 1.360,00	R\$ 21.760,00	5	R\$ 21.760,00	R\$ 108.800,00
2	Hora técnica - manutenção corretiva*	120	R\$ 1.360,00	R\$ 163.200,00	5	R\$ 163.200,00	R\$ 816.000,00
3	Deslocamento do técnico	5	R\$ 5.180,00	R\$ 25.900,00	5	R\$ 25.900,00	R\$ 129.500,00
4	Peças disponíveis para aquisição para a realização de serviços de manutenção corretiva e preventiva	1	R\$ 271.986,84	R\$ 271.986,84	5	R\$ 271.986,84	R\$ 1.359.934,20
Total da Proposta				R\$ 482.846,84	TOTAL DA PROPOSTA QUINQUENAL		R\$ 2.414.234,20

Espectrômetro de Ressonância Magnética Nuclear de 600MHz							
		Valor Anual por item			Valor Quinquenal por item		
Item	Descrição	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	Quantidade	Valor do Anual do Item	Total
1	Hora técnica - manutenção preventiva*	16	R\$ 777,50	R\$ 12.440,00	5	R\$ 12.440,00	R\$ 62.200,00
2	Hora técnica - manutenção corretiva*	120	R\$ 777,50	R\$ 93.300,00	5	R\$ 93.300,00	R\$ 466.500,00
3	Deslocamento do técnico	5	R\$ 5.035,00	R\$ 25.175,00	5	R\$ 25.175,00	R\$ 125.875,00
4	Transporte de sonda para reparo	1	R\$ 62.000,00	R\$ 62.000,00	5	R\$ 62.000,00	R\$ 310.000,00
5	Peças disponíveis para aquisição para a realização de serviços de manutenção corretiva e preventiva	1	R\$ 684.800,00	R\$ 684.800,00	5	R\$ 684.800,00	R\$ 3.424.000,00
Total da Proposta				R\$ 877.715,00	TOTAL DA PROPOSTA QUINQUENAL		R\$ 4.388.575,00

1.6. O prazo de vigência da contratação é de de cinco anos contados contados do(a) da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.9 O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394494000136-0-000016/2025;

II) Data de publicação no PNCP: 14/05/2024;

III) Id do item no PCA: 308

IV) Classe/Grupo: 871;

V) Identificador da Futura Contratação: 200406-320/2025;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1.A própria natureza da aquisição, relativa a serviços de manutenções de equipamentos, por si, não causa impacto considerável ao meio ambiente, pois trata-se basicamente de serviços de ajustes, limpeza, lubrificação e eventualmente substituição de peças dos equipamentos. Os testes que serão realizados após as manutenções, para fins de averiguar o correto funcionamento dos equipamentos, utilizam quantidades diminutas de consumíveis, na ordem de miligramas, portanto, com impactos ambientais desprezíveis. Atendendo de forma genérica as orientações relativas a contratações sustentáveis no que se refere ao correto descarte de resíduos utilizados (ex. embalagens), que serão destinados a coleta seletiva e reciclagem e, para as pequenas quantidades de substâncias utilizadas na limpeza e lubrificação, serão descartados seguindo as políticas de descarte de resíduos laboratoriais já implementadas nos dois laboratórios.

4.1.2 O(s) serviço(s) deverá(ão) respeitar as normas e os princípios ambientais, minimizando ou mitigando os efeitos dos danos ao meio ambiente, utilizando tecnologias e materiais ecologicamente corretos, atendendo aos critérios de sustentabilidade assim como:

4.1.2.1 Fornecimento aos empregados dos equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços.

4.1.2.2 Realização de separação dos resíduos recicláveis descartados durante os eventos.

4.1.2.3 Respeito às Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

4.1.2.4 Previsão da destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 401, de 04 de novembro de 2008.

4.1.2.5 Esta contratação observará em todas as fases do procedimento de contratação as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental.

4.1.2.6 A empresa a ser contratada deverá retirar, sob orientação da Fiscalização do contrato, todos os materiais substituídos durante a realização de serviços, devendo apresentá-los à fiscalização para avaliação de reaproveitamento e /ou recolhimento a depósito indicado.

4.1.2.7 A empresa a ser contratada deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares: empresa Bruker do Brasil, representante exclusiva da linha de equipamentos, elencados neste Termo de Referência. Portanto, a contratação dos serviços, em caráter de inexigibilidade, será realizada diretamente com a empresa Bruker do Brasil, representante exclusiva no Brasil para fornecimento de peças e dos serviços de manutenção preventiva e corretiva para tais equipamentos.

Da exigência de carta de solidariedade

4.3 Não aplicável

Subcontratação

4.4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5.1 Justifica-se a não exigência de garantia de execução em decorrência do pagamento ser após entrega dos objetos deste Termo de Referência, não implicando em riscos para a Administração Pública.

Vistoria

4.6. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços, uma vez que a empresa a ser contratada, em caráter de inexigibilidade, vem executando manutenções dentro do prazo de garantia dos equipamentos e durante a vigência do contrato de manutenção anterior, entre 2020 a 2024, em ambos laboratórios e já está familiarizada com as peculiaridades e necessidades de cada equipamento, bem como dos espaços físicos onde estão instalados.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: de 10 (dez) dias úteis contados da data do recebimento da SOLICITAÇÃO FORMAL;

5.1.2 SOLICITAÇÃO FORMAL é definida como o envio de mensagem eletrônica das contas seplab.inc.ditec@pf.gov.br e/ou mauricio.mlv@pf.gov.br e/ou nelson.nf@pf.gov.br e/ou sepgeo.inc.ditec@pf.gov.br e/ou outros servidores indicados como fiscais do contrato para conta informada pelo licitante. Nessa mensagem constará a descrição sucinta do, problema e a solicitação de visita técnica, de acordo com as necessidades da Administração e conforme o valores contratados;

5.1.3 O prazo máximo para o início do atendimento presencial, mediante solicitação formal, é de 10 (dez) dias úteis.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho, conforme a seguinte dinâmica

5.1.3. Manutenção Preventiva é a intervenção técnica ao equipamento que visa prevenir a interrupção de funcionamento do mesmo, quando do uso em condições de alta demanda, garantindo a condição normal de operação, sempre realizado na unidade da contratante.

5.1.4. As manutenções preventivas poderão ser autorizadas, a critério da Administração de acordo com as tabelas constantes no item 5.2.1 do Estudo Técnico Preliminar, anexo deste Termo de Referência.

5.1.5 Os serviços de manutenção corretiva são todos aqueles necessários para o restabelecimento da condição normal de operação do equipamento. Para a consecução deste objetivo devem ser previstos os custos referentes a: (a) mão-de-obra especializada (horas técnicas e deslocamento do técnico da Contratada), (b) peças e materiais necessários aos reparos aos custos.

5.1.6 O serviço de manutenção corretiva do equipamento incluirá a correção de falhas e defeitos encontrados, a limpeza e a validação, quando cabível.

5.1.7 Modificações técnicas de melhoria de engenharia poderão ser realizadas no momento do reparo desde que não acarretem limitação das funcionalidades originais ou redução do tempo de vida útil do equipamento e não trarão nenhum custo adicional à Contratante, desde que autorizado pela Contratante.

5.1.8 Como os equipamentos são controlados por estações de trabalho (computadores), com software proprietário para aquisição e tratamento de resultados analíticos, a manutenção corretiva deverá prover a reinstalação dos programas de controle nas estações de trabalho, em caso de mau funcionamento, ou em computadores disponibilizados pela Contratante em substituição aos originais. Neste último caso, a Contratada deverá possibilitar a instalação do software original ou programa de atualização (upgrade), cobrado como peça de reparo do equipamento.

5.1.9 Sempre que necessário será realizado, durante a vigência do contrato, a Manutenção Corretiva nos equipamentos descritos no item 1, de acordo com solicitação da Contratante através de chamado ao serviço de atendimento ao cliente.

5.1.10 A solicitação do serviço de manutenção corretiva ou preventiva será formalizada pelo fiscal do contrato da Contratante ou pelo fiscal local através de e-mail, ou caso exista, de Serviço de Atendimento ao Cliente da Contratada. Qualquer que seja o meio de comunicação empregado, a Contratada deverá confirmar o recebimento da solicitação e fornecer um número de identificação para a Ordem de Serviço, que servirá de referência para o acompanhamento de todas as etapas do atendimento.

5.1.11 A contratada terá 48 (quarenta e oito) horas para responder formalmente a qualquer solicitação de serviços de manutenção:

5.1.11.1 Em caso de manutenção corretiva, a contratada deve apresentar uma cotação para o serviço solicitado ou, em caso de impossibilidade de diagnóstico remoto, deve sugerir uma data para a visita técnica para diagnóstico do defeito apresentado pelo equipamento.

5.1.11.2 Em caso de manutenção preventiva, a contratada deve apresentar uma cotação para o serviço solicitado com a data estimada para a visita técnica para execução do serviço.

5.1.12 A manutenção corretiva deverá garantir o perfeito funcionamento de todo equipamento no momento de sua execução, não apenas no que diz respeito aos componentes substituídos e/ou os serviços executados, tanto da parte eletrônica quanto aos softwares de controle do mesmo.

5.1.13 A Contratada disporá de um prazo de até 25 (vinte e cinco dias úteis) para a completa resolução dos problemas encontrados e a disponibilização do equipamento reparado à Contratante.

5.1.14 No caso de haver necessidade de importação de peças, não encontradas em estoque, o prazo acima poderá ser dilatado para 45 (quarenta e cinco) dias corridos.

5.1.15 Mediante justificativa fundamentada por parte da Contratada, o fiscal do contrato da Contratante poderá estender, a seu critério, o prazo máximo previsto para o reparo, o que formalizará em documento próprio a ser apresentado à Contratada, no qual constará obrigatoriamente o período de dilação.

5.1.16 Ao final da manutenção corretiva, o técnico da Contratada deverá apresentar o Relatório de Serviço realizado ao Fiscal Local, que detalhará todos os serviços realizados, peças trocadas, horas técnicas e deslocamento necessários para manutenção do equipamento, em consonância com valores propostos pela Contratada.

5.1.17 Os preços dos serviços de manutenção corretiva deverão ser cotados de acordo com os valores apresentados na proposta, a serem eventualmente substituídas, por tipo de equipamento/acessório.

5.1.18 As peças e materiais aplicáveis deverão ser originais de primeiro uso, novas e compatíveis com o que há de mais atual no mercado, ou recondiçionadas sob responsabilidade da Contratada e com suas respectivas garantias, sempre empregadas dentro das melhores práticas técnicas.

5.1.19 Após a abertura do chamado de manutenção, será estabelecido pela Contratada um cronograma com a expectativa de atendimento, com prévio agendamento junto ao Fiscal Local da unidade técnico-científica da PF, cujo equipamento necessite de manutenção e que deverá ser aprovado pelo Gestor do Contrato.

5.1.20 Em caso de necessidade de importação de peças, que a Contratada não possua em estoque no Brasil, o prazo para execução do serviço para resolução dos problemas encontrados, pode ser estendido para no máximo 90 (noventa) dias corridos. A Contratada deve solicitar formalmente a dilação desse prazo por motivo excepcional, apresentando as devidas justificativas detalhadas para extensão do prazo.

5.1.21 Mediante justificativa fundamentada por parte da Contratada, o Gestor do contrato poderá estender excepcionalmente, a seu critério, o prazo máximo previsto para a conclusão definitiva do reparo, o que formalizará em documento próprio a ser apresentado à Contratada, no qual constará obrigatoriamente o período de dilação.

5.1.22 Ao final da manutenção corretiva, o técnico da Contratada deverá apresentar o Relatório de Serviço realizado ao Fiscal Local, que detalhará todos os serviços realizados, peças trocadas, horas técnicas e deslocamento necessários para manutenção do equipamento, em consonância com valores propostos pela Contratada.

5.1.23 Os serviços executados poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta ou quando não forem efetivos para o bom funcionamento dos equipamentos, devendo ser refeitos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Diretoria Técnico Científica, endereço: SPO Quadra 7 Lote 23, Setor Policial Sul - Brasília-DF - CEP: 70610-200, de segunda a sexta em horário comercial.

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: de segunda a sexta-feira em horário comercial (entre 08:00 horas e 17:00 horas), sendo necessário o agendamento prévio.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.4.1. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do Termo de Referência, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

5.4.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do Termo de Referência, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

5.4.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27,5.5.2 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

5.4.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

5.4.5. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

5.4.6. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

5.4.7. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

5.4.8. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

5.4.9. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo Termo de Referência, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

5.4.10. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

5.4.11. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

5.4.12. Manter durante toda a vigência do Termo de Referência, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.4.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Termo de Referência.

5.4.14. Manter durante toda a execução do Termo de Referência canais de comunicação com a contratante, notadamente via email e/ou telefone, devendo informar eventuais alterações.

5.4.15. Responsabilizar-se por todas as peças, componentes, materiais e acessórios a serem substituídos nos equipamentos cedidos, sem ônus adicionais à DITEC/PF, mantendo o nível de segurança e desempenho dos equipamentos e sistemas;

5.4.17. Dispor de pessoal operacional qualificado para os serviços de transporte, carga, descarga e abastecimento, os quais deverão estar devidamente uniformizados e identificados por crachá;

5.4.18. Responsabilizar-se pela segurança do trabalho de seus empregados, em especial durante o transporte e descarga dos gases, bem como durante a realização dos serviços de manutenção dos cilindros.

5.4.19. Responsabilizar-se pelo cumprimento por parte de seus empregados das normas disciplinares e de segurança, inclusive as relativas à prevenção de incêndios;

5.4.20. Fornecer todo o ferramental e aparelhagem necessários à boa execução dos serviços, bem como manter limpos e desimpedidos os locais de trabalho e/ou equipamentos de sua propriedade, obedecendo aos critérios estabelecidos pela DITEC /PF;

5.4.21. Verificar e conservar as placas de advertência de riscos e de situações de emergência bem como a sinalização de operação de carga e descarga.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1. As especificações e modelos das peças a serem eventualmente trocados nos equipamentos, durante as manutenções corretivas e preventivas estão detalhadas na proposta anexo deste Termo de Referência.

5.5.2. Os quantitativos de deslocamentos estimados dos técnicos da Contratada a serem eventualmente realizados, para atendimento das manutenções corretivas, foram estimados conforme sugestão da contratante e avaliação das equipes técnicas da Contratante e serão utilizados sob demanda;

5.5.3. O quantitativo de horas técnicas estimado para os técnicos da Contratada a serem eventualmente realizados, para atendimento das manutenções corretivas, foram estimados conforme sugestão da contratante e avaliação das equipes técnicas da Contratante e serão utilizados sob demanda;

5.5.4 A quantidade de serviços de manutenção preventiva, incluído deslocamento do técnico e horas técnicas, foram estimados conforme sugestão da contratante e avaliação das equipes técnicas da Contratante e serão utilizados sob demanda.

5.4.5 Uma previsão de R\$ 7.520.308,95 (sete milhões, quinhentos e vinte mil, trezentos e oito reais e noventa e cinco centavos) abrangendo o período de 5 anos, destinados à cobertura de consumíveis e peças a serem eventualmente utilizados nos procedimentos de manutenção dos equipamentos;

5.4.6 Os custos de deslocamento, alimentação e hospedagem dos técnicos já estão inclusas no valor da proposta.

Especificação da garantia do serviço

5.5. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.6 A garantia mínima exigida será de 90 dias contados a partir da data do recebimento definitivo do objeto, durante a qual a contratada deverá, sem ônus adicional para a Administração, realizar os ajustes, correções ou retrabalhos necessários para assegurar o pleno atendimento às especificações técnicas e operacionais dos equipamentos.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.9. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, mediante confirmação de recebimento.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6 Caso haja necessidade de troca de peças não previstas na proposta, a Contratada deverá enviar, além da Cotação, documento comprovando que os preços praticados são os de mercado. Tais documentos podem ser Notas fiscais para outras instituições; planilhas de custos, e outros que justifiquem a

composição do preço praticado. Assim, poderá a Fiscalização do contrato emitir seu juízo de aceitação do preço apresentado pela empresa e atestar o pagamento da nota fiscal do fornecimento de peças.

6.7 Caso haja necessidade de troca de uma quantidade maior de: peças, deslocamentos ou horas técnicas do que as previstas na proposta, poderá a Fiscalização do contrato emitir seu juízo de aceitação e atestar o pagamento das Nota Fiscais, desde que não extrapolem o valor total empenhado no contrato. Nesses casos, a Fiscalização deverá avaliar a pertinência, urgência e necessidade dessas manutenções corretivas.

6.8 Em casos que as peças a serem utilizadas em um reparo técnico possam ser facilmente trocadas pelos responsáveis locais dos equipamentos, e o envio das peças seja mais rápido e econômico que o deslocamento do técnico ao local do reparo, a Fiscalização poderá em caráter excepcional aprovar o envio das peças sem o respectivo atendimento técnico local, após avaliar a pertinência, urgência e necessidade desse procedimento.

Preposto

Não haverá exigência de preposto para a contratação considerando a natureza e a forma do serviço a ser prestado.

Rotinas de Fiscalização

6.10. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.11. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.12. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.13. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.14. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.16. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.17. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.17.1. Atendimentos em concordância com os prazos previstos, a partir da solicitação formal;

6.17.2. Solução do problema relatado com base na verificação de desempenho do equipamento;

6.17.3. Verificação dos prazos de validade, quando aplicável.

6.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.19. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.31. O fiscal técnico do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.32. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal técnico do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.68. Cabe ao gestor do contrato:

6.68.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.68.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.68.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.68.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.68.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.68.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.68.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.68.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.68.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto nº 12.174 /2024;

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A forma de aferição/medição do serviço para efeito de pagamento será realizada através de efetivação dos serviços de manutenção, comprovada pela apresentação e aprovação do relatório de serviços da Contratada.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. O método de avaliação da conformidade dos serviços entregues, com relação aos termos contratuais e com a proposta da contratada, com vistas ao recebimento definitivo, será efetuado da seguinte forma:

7.3.2. Os equipamentos submetidos à manutenção devem apresentar funcionamento correto, de acordo com as especificações do fabricante;

7.3.3. Conferência das peças e insumos eventualmente utilizados durante a execução da manutenção

7.3.4. Compatibilidade entre o quantitativo de horas técnicas declaradas em relatório de serviços e o quantitativo de horas efetivamente utilizadas;

7.4 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

7.5 O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento definitivo da Nota Fiscal/Fatura.;

7.6 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei 14.133, de 2021, deverão ser reduzidos pela metade, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do termo de referência;

Do recebimento

7.7. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.8. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento da documentação oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.9. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.10. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.11. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período de 10 (dez) dias do recebimento termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.22. Após o recebimento definitivo, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.27.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.27.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice e IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo de correção monetária.

Forma de pagamento

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A9]

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.38.-A presente contratação não permite a antecipação de pagamento (parcial/total), conforme as regras previstas no art. 145 da lei 14133/2021.

Reajuste

7.39. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.40 Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante atualização dos valores da proposta inicial, conforme política comercial interna da Contratada ou mediante aplicação pelo contratante do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.41. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.42. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.43. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.44. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.45. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.46. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.47. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.47.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.47.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.47.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.47.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.48. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, 0,07% (zero vírgula zero sete por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **25 (vinte e cinco)** dias.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de até 5% (**cinco** por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 2% (dois por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

8.2.4.7.1 Atraso na Apresentação de Relatório de Manutenção: Multa de 0,5% (*zero vírgula cinco por cento*) sobre o valor do serviço.

8.2.4.7.2 Não Atendimento à Chamada Corretiva no Prazo estabelecido: Multa de 1% (um por cento) sobre o valor do serviço por ocorrência.

8.2.4.7.3 Utilização de Peça ou Insumo em Desacordo com as Especificações: Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da parcela relativa ao por ocorrência, sem prejuízo da obrigação de substituição.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1 O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de inexigibilidade de licitação, com fundamento na hipótese do art. 74, Inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por Preço Unitário.

Critérios de aceitabilidade de preços

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.5 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.6. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.7. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.8. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.10. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.11. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.12. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.13. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.14. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.15. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

Qualificação Técnica

9.16. *Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.*

9.16.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Disposições gerais sobre habilitação

9.17. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.18. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.19. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.20. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.21. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, **R\$ 2.381.776,79** (dois milhões, trezentos e oitenta e um mil, setecentos e setenta e seis reais e setenta e nove centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1 deste termo de referência. Considerando a projeção para **5 (cinco) anos**, o valor estimado totaliza **R\$ 11.908.883,95** (onze milhões, novecentos e oito mil, oitocentos e oitenta e três reais e noventa e cinco centavos).

10.3. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
- 11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
- I) Gestão/unidade: [...];
 - II) Fonte de recursos: [...];
 - III) Programa de trabalho: [...];
 - IV) Elemento de despesa: [...]; e
 - V) Plano interno: [...].
- 11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

1. DISPOSIÇÕES FINAIS
1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato (Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

13.1 Não aplicável

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, BRUKER DO BRASIL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MAURICIO LEITE VIEIRA

Requisitante



Assinou eletronicamente em 24/11/2025 às 15:43:41.

GILBERTO LUCIO BENEDITO DE AQUINO

Requisitante



Assinou eletronicamente em 24/11/2025 às 15:35:05.

ROBERTO REIS MONTEIRO NETO

Autoridade competente

NELSON FAVA

Requisitante



Assinou eletronicamente em 24/11/2025 às 15:01:08.

CAMILA RAMOS CABRAL

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 24/11/2025 às 14:01:31.